As quatro variedades linguísticas apresentam os mesmos fonemas consonantais (21) e vocálicos (07). Além desses fonemas, elas apresentam como a maioria dos crioulos e das línguas de substrato fonemas prenasalizados tais como /mb/, /nt/, /nd/, /ng/ e /nɡ/. Esses embora não constam nos quadros fonêmicos foram interpretados como um único fonema.

No que diz respeito à sílaba, todas as variedades linguísticas apresentam os mesmos padrões silábicos com apenas algumas diferenças. A ESME paulista por todas essas variedades é a CVC com a coda sempre preenchida por um uma consoante nasal. Além disso, é bom assinalar a frequente ocorrência da estrutura CV considerado como um padrão ótimo (universal). Essas variedades não aceitam estruturas complexas (encontros consonânticos).

Esses quatro crioulos são variedades de uma única. Os traços comuns a essas variedades, tanto os segmentos quanto os padrões silábicos, constituem os traços do sã-tomense. A partir disso, podemos afirmar que esses crioulos são variedades de uma mesma língua e que seriam originárias do sã-tomense que, inclusive, é a primeira líira a ser estabelecida. Mas, devido à insuficiência dos dados, é muito prematuro sustentar uma tal afirmação.

Referências


da preposição são retidas e as propriedades flexionais são neutralizadas, isto é, a forma na não é analisada como uma forma contrária da preposição com o artigo feminino singular, ocorrendo, portanto, como um núcleo lexical invariável.

Assumindo-se uma hierarquia universal de categorias funcionais em todas as línguas (cf. Chomsky, 1995) e o conceito de ‘marcação’ formulado em Roberts & Roussou (op. cit.), segundo o qual a opção não-marca da realização das propriedades (ou traços) gramaticais dessas categorias é o mapeamento um-a-um entre traços gramaticais e itens lexicais, o que implica que o sincretismo, isto é uma única realização para mais de um traço, é preferencialmente evitado, propõe-se que, com a nativização (abrupta) do núcleo, a forma na é reanalizada como uma categoria funcional codificadora de propriedades aspectuais (o que não exclui que seja mantida como codificadora do locativo). Nesse processo, a preposição na esvazia-se de seu conteúdo denotativo e lexical e passa a realizar propriedades do núcleo funcional de aspecto, integrando com o sistema de codificação dos traços de modo e tempo, também realizados por itens lexicais específicos e exclusivos dessas funções.

O estudo se desenvolve como a seguir: na seção 2, discute-se o estatuto das categorias lexicais e funcionais na abordagem gerativa, considerando em particular a categoria preposição; na seção 3, discute-se a reanálise gramatical da preposição na como codificadora do aspecto durativo no crioulo da Guiné-Bissau, partindo-se do processo de relexificação da forma na no pidgin. Na seção 4, são apresentadas as considerações finais.

2. Categorias lexicais e funcionais

A distinção entre categorias lexicais e funcionais é intuitiva, tendo sido apontada logo nos primórdios da descrição gramatical. Segundo Lyons (1979), a gramática tradicional (grego-latina), seguindo a tradição aristotélica, agrupou os elementos linguísticos em categorias, definiendo-os em relação ao modo de significar desses elementos, ora em relação às propriedades acidentais a eles associados. Nesse sentido, distinguia-se uma chamada partes maiores - nomes, verbos, adjetivos e advérbios - assim definidas por terem significação em si, por serem o substrato do mundo físico e as partes menores - preposições, conjunções - assim definidas por serem desprovidas de significado substantivo, destinando-se a contribuir para o significado geral da frase. Na palavra, tomada como unidade de análise, identificavam-se, além da substância, os seus acidentes, os quais correspondiam às formas que assumiam de acordo com sua função sintática - o caso, a concordância.

No âmbito da teoria gerativa, assume especial relevância o fato de que as categorias lexicais (ou substantivas) possuem propriedades de seleção semântica de argumentos (como agente, tema, paciente), enquanto as categorias gramaticais, referidas como funcionais, manifestam propriedades de seleção categorial (selecionam categorias como nomes, orações e morfológicas) ligam-se por operações morfológicas à categoria que selecionam, além de apresentar traços como número, gênero e pessoa. Considera-se então que um factor de variação translingüística é a forma como está parametrizada a seleção categoria e morfológica dos núcleos funcionais. De fato, a expressão sintática da estrutura argumental de um núcleo lexical é idêntica nas línguas. A diferença está na expressão das propriedades gramaticais nos núcleos funcionais.

A distinção entre categorias lexicais e funcionais se torna particularmente interessante quando se discute o estatuto das preposições. Assumindo-se o ponto de vista da gramática gerativa, não é difícil reconhecer que as preposições, como as demais categorias lexicais (Verbo, Nome, Adjetivo), têm propriedades de selecionar semanticamente argumentos. Conforme ilustrado em (1a) e (1b), do português e do crioulo GB, respectivamente, os argumentos Maria e Basilia se encontram em uma relação semântica de localização espacial definida pela preposição em e não pelo verbo, que tem propriedades de verbo ligações (sendo ainda marcado para o traço semântico [-permanente]):

(1) a. Maria está **em** Brasília
   b. Maria está na **Guiné**

No entanto, em (2), a preposição de não apresenta propriedades de seleção semântica, sendo o argumento selecionado pelo núcleo nominal construção. Conforme proposto em Chomsky (1986), a preposição realiza o Caso estrutural, mas não atribui papel temático ao argumento (cf. ainda Salles, 1992):

(2) a. a construção de Brasília

Na abordagem minimalista, são definidas como funcionais os núcleos T, C e D, que codificam, respectivamente, propriedades gramaticais de tempo, finitude/tipo frasal e referencialidade/definitude (Chomsky, 1995). Enquanto T e C são projeções estendidas da oração, D é projeção estendida do nome, conforme ilustrado a seguir:

(3) a. **T_{vp}** C T_{vp} T_{vp} ...
   b. **C_{vp} D** T_{vp} ...

Como será demonstrado, a expressão do progressivo na língua crioulo GB resulta da reanálise de uma categoria lexical como um núcleo funcional.

3. Codificação aspectual no crioulo da Guiné Bissau: relexificação e reanálise

3.1 Relexificação, ellipse de categorias funcionais e reanálise

Segundo Lumsden (1999), com base em estudos que remontam a Leebvre (1986), Lumsden & Leebvre (1989) e Lumsden (1994a, b) (apud Lumsden op. cit.), a formação do crioulo supõe necessariamente a aquisição de sequência língua por adultos, a que se associam três processos cognitivos: a relexificação, a ellipse de categorias funcionais e a reanálise. A relexificação é um processo mental/cognitivo que constrói novas entradas lexicais pela combinação de novas formas fonológicas com a informação sintática e semântica de entradas lexicais já estabelecidas. Nesse processo, as propriedades semânticas e lexicais do item em questão pertencem à língua nativa e a forma fonológica desse mesmo item à língua alvo. Dado que as categorias funcionais são desprovidas de conteúdo semântico denotacional, segue-se que são imunes a relexificação, sendo que piedgins e jargões oferecem suporte empírico para essa conclusão (cf. ainda seção anterior).

A ellipse de categorias funcionais está relacionada à hipótese de que de que categorias funcionais são exigidas nos enunciados de línguas naturais por princípios universais da gramática. É, portanto, improvável que não existam categorias funcionais na representação mental subjacente aos piedgins. Conforme proposto em Silverstein (1972, apud Lumsden op. cit.), cada falante usa
o vocabulário comum de rótulos de categorias lexicais junto com categorias funcionais de sua língua nativa, mas sem pronunciar essas últimas.

A reanálise é um processo cognitivo que associa o rótulo de uma categoria lexical com a entrada lexical de uma categoria funcional em uma mesma língua. Ao contrário da relexificação, o processo da reanálise restringe-se a categorias funcionais. Nesse sentido, à elipse das categorias funcionais, observada no pidgin, segue-se a possibilidade de reanálise de uma categoria lexical em uma posição funcional, atribuindo-lhe uma matriz fonológica. Segundo Lumshagen, o processo de reanálise pode ser observado tanto no desenvolvimento de formas estendidas de pidgin, ocorrendo, portanto, na aquisição de L2 por adultos, quanto na crucialização, que corresponderia à aquisição de L1 por crianças.

No presente estudo, assume-se a abordagem de Lumshagen, na análise do desenvolvimento do progressivo no crioulo GB. Nessa abordagem, verifica-se a possibilidade de assimilar o hipótese de que o crioulo é formado com a nativização (abrupta) do pidgin (cf. Bickerton, 1981), ao mesmo tempo em que se considera a papel das línguas de substrato e superstrato. 1 Propõe-se que a expressão do progressivo no crioulo GB envolve a reanálise da preposição lexical na como um núcleo funcional codificador de traços gramaticais de aspecto. Ignora-se, portanto, a possibilidade de que a reanálise ocorra em formas expandidas do pidgin, como um processo de aquisição de L2. Assume-se ainda a abordagem de Roberts & Roussou (op. cit.), em particular a proposta de que a forma não-marcada, que emerge nos casos em que o input mostra-se ambíguido ou inspecificado, caracteriza-se pela correspondência um-a-um entre traços gramaticais e ítems lexicais que realizam a categoria funcional.

3.2 A sintaxe da forma na no crioulo da Guiné-Bissau
3.2.1 A forma na como categoria lexical
O crioulo GB codifica o locativo por meio do item lexical na, conforme ilustrado em (4)².

(4) a. i ba salton na korda
   3SG enfiar saltão LOC corda
   'ele/ela enfiou o saltão na corda'
b. i sta na si kasa
   3SG estar LOC 3SG/POS casa
   'ele/ela está em sua casa'

O emprego de na pode ser facilmente explicado em termos de relexificação. Nesse caso, a preposição é lexical, e a língua crioula atualiza, na posição de núcleo do sintagma preposicional, a forma na do português (europeu), encontrada no mesmo contexto. No entanto, como é de se esperar, na língua crioula, a forma na não é analisada como a contratação de preposição em com o artigo feminino singular a. As propriedades lexicais de preposições são retidas, mas a categoria funcional determinante, representada pelo artigo, bem como as propriedades flexionais do artigo não são ativas, e a forma na ocorre como um núcleo lexical invariável.

Pode-se dizer que o caráter invariável da forma na relaciona-se ao fato de que, no crioulo GB, existe artigo indefinido (cf. 5a), mas não artigo definido. Como ressaltado em Couto (1994: 99), “não há uma linha divisória nítida entre a classe dos ‘artigos’, de um lado, e a dos ‘pronomes/adjetivos demonstrativos’, por outro”. Além disso, a interpretação definida do nome é obtida na ausência de determinante (cf. 5b):

(5) a. um minjer saí pa ba paña salton na roda di mar
   INDEF mulher sair para PUX pegar saltões em beira de mar
   ‘uma mulher saiu para pegar saltões à beira-mar’

b. minjer di salton saí
   mulher do saltão saí
   ‘a fêmea do saltão saí’

Essa característica pode estar associada ao fato de que as propriedades do artigo em português são codificadas em balanta (e nas línguas africanas do tronco Nger Congo) por meio de um sistema de prefixos de classe nominal (que marcam os traços [+humano] e [+animado]) e e um morfema de definitude, possuindo ao nome, os quais não têm qualquer realização no crioulo GB. Nesse sentido, supõe-se que no pidgin essas categorias funcionais estão elididas, tendo o crioulo GB desenvolvido uma forma de codificar a interpretação referencial por meio de processo gramatical distintos das línguas de substrato e superestrato.

É interessante notar ainda que verbos de movimento não são construídos com preposições locativas, como se verifica em (6):

(6) gosi no baï kasa
    agora 1PL ir casa
    ‘agora nós vamos para casa’

Isso se explica pelo fato de que o argumento kasa é selecionado pelo verbo baï, não havendo razão para o uso, nesse contexto, da preposição locativa, que tem propriedades de categoria lexical. Como será demonstrado, o estatuto funcional do elemento na, no crioulo GB, se restringe à codificação do aspecto progressivo.

3.2.2 A forma na como categoria funcional

Segundo Couto (1994), o sistema Tempo, Modo, Aspecto (TMA) no crioulo GB codifica os traços [+/- anterior], [+/-não-punctual] e [+/-irrealis]. Assim, em (7a), a ausência de marcas gramaticais codifica os traços [+ anterior], [-não-punctual], [-irrealis]; em (7b), o morfema [ba] codifica os traços [- anterior], [-não-punctual], [+irrealis]; em (7c), o morfema [ba] codifica os traços [- anterior], [+não-punctual], [-irrealis]; em (7d), o morfema [na] codifica os traços [- anterior], [+não-punctual], [-irrealis]:

(7) a. i fuma
    3SG fumar
    'ele/ela fumou'

b. i ba fuma
    3SG IRR fumar
    'ele/ela vai fumar'
(c) i ta fuma
3SG HAB fumar
‘ele/ela fuma; ele/ela é fumante’
(d) i na fuma
3SG PROG fumar
‘ele/ela está fumando’

É interessante notar que os morfemas [ta] e [na], marcados pelo traçô [+não-punctual], se distinguem respectivamente pela interpretação habitual e persanvisiva, por um lado, e evitiva, por outro (cf. (7e) e (7d)). A leitura durativa é compatível com os traços [+anterior] e [virrealis], o que explica a co-ocorrência dos morfemas [ta] e [na] com as formas codificadoras desses traços, conforme ilustrado em (8a-c):

(8) a. i ba fuma
3SG IRR HAB fumar
‘ele(a) vai ser fumante’

b. i ba fuma
3SG IRR PROG fumar
‘ele(a) vai estar fumando; ele(a) estará fumando’

c. i ba fuma
3SG PROG IRR HAB
‘ele(a) vai ficar fumando; sendo fumante’

3.2.3 Relaxificação e realinalse da forma na

Retomando-se o caso do morfema [na] codificador do progressivo, é inevitável a observação de que é homônomo da forma que realiza a preposição lexical na (cf. (4) e (7f))). Propõe-se que a relação entre essas categorias pode ser formulada em termos da hipótese da relaxificação na formação do pígin e de realinalse, na formação do crioulo, a partir das formas relaxificadas do pígin. Conforme detalhado na seção 3.1, a relaxificação consiste na realização de propriedades semânticas de núcleos lexemáticos da língua de substrato por meio de formas fonológicas de categorias lexemáticas da língua lexemática (no caso o português), permanecendo as propriedades das categorias funcionais sem realização fonológica (ellipse). Esse processo pode ser demonstrado considerando-se a expressão de progressivo na língua baiana, tomada como representativa das línguas de substrato no surgimento do pígin.

Na língua baliana, a preposição [a] realiza-se como categoria redacional em contextos adverbais (locativos) e na estrutura do progressivo. Em (9), ilustra-se o morfema [a] com valor locativo – espacial em (a-b) e temporal em (c) (cf. Gomes, 2002).

(9) a. João sair LOC noite
João sai LOC noite
‘João sai na noite’

O progressivo é realizado por meio de uma perifrase; tem-se o morfema [gi], com valor de verbo auxiliar, ao qual é anexado o morfema de pessoa, seguindo do morfema preposicional [a] e do tema verbo-nominal. O tema verbo-nominal é composto de classe nominal e raiz verbo-nominal (cf. Gomes & Salles (2001)). Os exemplos em (10) ilustram o aspeco progressivo associado ao tempo presente:

(10) a. a-gi a p-sag weke
3SG-PROG LOC CN-pedido água
‘(ele/ela) está pedindo água’ (lit.: (ele/ela) está em pedido de água)

b. a-gi a gi-ridji
3SG-PROG LOC CN-choro
‘(ele/ela) está chorando’ (lit.: (ele/ela) está em choro)

Considera-se que o caráter verbo-nominal da raiz indica que essa forma tem propriedades de argumento, cedendo definir seu predicador. A forma (gi) não apresenta propriedades lexicais: realiza traços gramaticais de aspecto e seleciona categorialmente o sintagma preposicional. Assim, infere-se que a preposição [a] seleciona o referido argumento, apresentando, portanto, estatuto de categoria lexical (cf. seção 2).

Nesse sentido, o input linguístico para a nativização do pígin, as propriedades semânticas do núcleo preposicional da língua de substrato são realizadas pela matriz fonológica da categoria lexical correspondente na língua lexemática, a saber a forma na, conforme ilustrado em (11) – note-se que a categoria funcional T desempenha-se em dois núcleos funcionais, T e A, uma possibilidade que pode ser relacionada à manifestação da forma não-marcada, que requer o mapeamento um-a-um entre os traços do sistema TMA e os itens lexicais que os realizam:

(11) \[C_{op} \, T_{op} \, A_{op} \, \varphi_{op} \, \varphi_{pa} \, A_{na} \, \varphi_{unp}\]

Assim, o input linguístico para a nativização do pígin é a estrutura em (11), em que as categorias funcionais não apresentam matriz fonológica, e a forma na realiza as propriedades semânticas do núcleo lexical P.

Na codificação do sistema TMA do crioulo GB, a realinalse da forma na consiste na realização desse elemento na posição estrutural do núcleo funcional codificador do aspecto. Nesse processo, verifica-se a simplificação da estrutura, o que se relaciona com a redistribuição das propriedades lexemáticas codificadas no pígin pela preposição e pela raiz verbo-nominal em um único núcleo lexical verbal (cf. (12)):

(12) \[C_{op} \, T_{op} \, A_{op} \, \varphi_{op} \, V_{unp}\]

Esse processo pode ser analisado em termos da proposta de Roberts & Roussou (op. cit.) para a mudança linguística, em particular no que se refere ao papel das categorias funcionais. Segundo esses autores, a variação translinguística está no fato de que núcleos funcionais podem
ou não ter matriz fonológica, estando a primeira opção (isto é, ter matriz fonológica) em variação quanto à possibilidade de ser obtida por meio de movimento de categoria na estrutura (afixação sintática) ou de inserção de um item lexical disponível no léxico exclusivamente para realizar as propriedades relevantes (forma não-presa). Como consequência, a realização por movimento implica o surgimento de formas sincréticas, codificadoras de traços gramaticais dos núcleos funcionais envolvidos, as quais, por sua vez, são consideradas 'marcadas'.

Adotando-se a noção de 'marcação', a forma preferida (ou não-marcada) é aquela em que o mapeamento entre os traços gramaticais e os itens lexicais é um-a-um. Assumindo-se que a matrícula do pidgin ocorre em face de um input ambíguo ou inespecificado, a criança, nesse processo, será guiada pelas propriedades da gramática universal, manifestando-se o processo 'default' ou não-marcado. É precisamente o que acontece no crioulo GB: o item lexical na questão gramaticalizado como codificador exclusivo das propriedades gramaticais no núcleo de aspecto - o que não se confunde com a realização da forma na como categoria lexical locativa. Esse processo relaciona-se, por sua vez, ao fato de que o sistema TAM do crioulo GB é realizado por itens lexicais específicos no codificação dos traços gramaticais dos núcleos funcionais relevantes (cf. seção 3.2.2).

4. Considerações finais

De acordo com a hipótese da relexificação, o pidgin resulta da atualização de categorias lexicais da língua de superestrato na estrutura da língua de substrato, com a ênfase das propriedades gramaticais dos núcleos funcionais desta última. Com o surgimento do crioulo, propriedades gramaticais são codificadas sintéticas e morfologicamente. Essa codificação pode ser feita por meio da reanalise de categorias lexicais em posições funcionais. A reanalise, por sua vez, ocorre em categorias funcionais constituindo uma hierarquia universal. Os dados examinados vêm confirmar essa hipótese: na expressão do progressivo no crioulo da Guiné-Bissau, a forma realiza o núcleo funcional codificador do aspecto.

Finalmente, considera-se que o núcleo funcional codificador do aspecto progressivo no crioulo da GB é realizado por inserção de um item lexical independente (forma não-presa), a forma sa. Essa realização é analisada como manifestação 'default' de propriedades da gramática universal em face de um input ambíguo ou inespecificado, o que vem ao encontro de análises que atribuem como característica da criouluização a ausência de movimento sintático (ou afixação sintática). Essa abordagem vem confirmar ainda a hipótese de que o locus da variação e da mudança linguística se encontra nas propriedades morfológicas das categorias funcionais.

*Somos gratas a Hildo Honório do Couto por nos ter apontado a construção progressiva do crioulo da Guiné-Bissau como uma terna passível de ser tratado de acordo com a hipótese de relexificação. Agradecemos também à audiência do II Encontro da Associação Brasileira de Crioulistas pelos comentários e a nossa análise e pela oportunidade de discutir os temas da criouluização.

5. Referências